

Prefeitura do Município de Iva

PROJETO DE LEI Nº 286/81

A Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte

- Súmula: institue a concessão de auxílio-acidente para os servidores celetistas acometidos de acidente de trabalho, e dá outras providências.
- Art. 1º Fica instituída a concessão de um auxílio-acidente, no valor de um salário-mínimo vigente nesta região, ser pago mensalmente, a todo e qualquer servidor Município, sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e que, em virtude de acidente de trabalho, sofra lesão corporal ou pertubação funcional, causando-lhe, temporariamente, incapacidade total para o seu trabalho e por mais de quinze (15) didas.
- Parágrafo Único O previsto por este artigo, será concedido ao servidor, tão logo o setor competente do Minis tério da Previdência e Assistência Social, assim reconheça e o considere, até que lhe conce da a alta de tratamento e o julgue apto para o reinício natural de sua jornada de trabalho.
- Art. 2º Além do previsto pelo parágrafo único do artigo lº des ta Lei, a partir da data em que o órgão previdenciário competente, julgar, o servidor, incapaz, definitivamente e por essa razão aconselhar a sua aposentadoria, ime diatamente e data contínua, ficará suspensa a concessão do auxílio-acidente previsto por esta Lei.
- Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

+7'10-1 13°



Prefeitura do Município de Ivaiporã

П

Projeto de Lei nº 286/81

- fls. 2 -

Exmo. Sr. Presidente:

Nobres Vereadores

Na Consolidação das Leis do Trabalho, - existe alguma coisa que se assemelha com aquilo que disciplina mos pelo presente Projeto de Lei, porém, não atende com profun didade, os objetivos de justiça que pretendemos atingir.

O que se assemelha e existe é o Auxíliodoença acidentário, que é um benefício em dinheiro, concedido
independentemente de período de carência, ao acidentado que fi
car incapacitado para o seu trabalho por mais de 15 dias, porém
nunca será igual à 100% do valor do salário de contribuição do
acidentado. Esse valor corresponderá à 92% (noventa e dois por
cento).

Nessas circunstâncias o prejuízo do aciden tado será bastante elevado, senão vejamos: a) passa a sofrer os ônus dos medicamentos necessários à recuperação de seu estado de saúde; b) não poderá contar com os ganhos eventuais, isto é, realização de serviços em horários extraordinários; c) deixa de perceber integralmente o seu salário, etc., etc.

Em função desses fatores e, considerando, especialmente, o acidente sofrido pelo servidor SEBASTIÃO FAGÁ, é que vimos propor à V. Exas., a aprovação do presente Projeto de Lei, estendendo à laboriosa classe de servidores celetistas do Município, esta forma de legislação e, a qual, ser-lhe-á uma forma de seguro e de garantia humana-funcional.

Contando com o elevado espírito de justiça de V. Exas., aproveitamos o ensejo para solicitar-lhes na forma do disposto pelo § 3º do artigo 25 da Constituição Estadual que este Projeto de Lei seja apreciado em regime de urgência.

Paço Municipal XIX DE NOVEMBRO, XIX DA INS TALAÇÃO? Gabinete do Prefeito, aos quinze dias do mês de julho

Recebido(s) nesta data;
ivalporā, / S de 😑 de 19 <u>8/</u> r
Câmara Municipal de Ivaiporà Lido em esseão realizada em
Em H 107 SI
ENCAMINHE-SE Em. 12107 1811
Presidente

CAMARA DE VEREADORES

Diretor de Secretaria

APROVADO Em/2/7/8/ Ata(s) n. 382/8

Diretor de Secretaria